



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVIII — N.º 212

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 31 DE DEZEMBRO DE 1963

SENADO FEDERAL

ATA DA 8ª REUNIÃO DE 30 DE DEZEMBRO DE 1963 — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA.

PRESIDÊNCIA DO SR. CATTETE PINHEIRO:

As 15h acham-se presentes os Srs. Senadores:

Cattete Pinheiro.
Sebastião Archer.
Joaquim Parente (3).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 3 senhores senadores, número insuficiente para abertura da sessão.

Já decorrido o prazo regimental de espera para a efetivação do "quorum" mínimo exigido pelo Regimento Interno, encerro a presente reunião.

Encerra-se às 15h 5m.

DIRETORIA DAS COMISSÕES
Comissão especial incumbida de estudar as causas que dificultam a produção agropecuária e suas repercussões negativas em nossas exportações.

13ª REUNIÃO, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1963

As dezesseis horas, do dia vinte de novembro de 1963, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores José Ermírio, presidente — Sigefredo Pacheco, Vice-Presidente — José Feliciano — Adolpho Franco — Atílio Fontana e Júlio Leite, reúne-se a Comissão Especial, incumbida de estudar as causas que dificultam a produção agropecuária e suas repercussões negativas em nossas exportações. Deixam de comparecer, por motivo justificado os Senhores Senadores Aurélio Vianna, Relator e Lopes da Costa. E' dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberta a Sessão concedendo a palavra a Sua Excelência o Embaixador Jayme de Azevedo Rodrigues que faz longa exposição sobre a exportação e importação do Brasil, segundo notas taquigráficas abaixo.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE — Sr. embaixador Jayme Azevedo, a presença de V. Exa., nesta Comissão, é uma honra. Aqui estamos com o objetivo de estudar a produção agropecuária e os seus efeitos negativos na exportação. O Itamaraty tem estado em contacto com os seus embaixadores, em todos os setores onde o Brasil tem representação e, naturalmente, ninguém melhor do que V. Exa. podia esclarecer muitos assuntos que interessam justamente a pecuária, como sejam carne, trigo, milho e, finalmente, tudo quanto o Brasil pode produzir para exportar.

Até há pouco, o Itamaraty não se importava muito com esses problemas, mas, agora, sabemos que tem aumentado rapidamente o seu interesse. E V. Exa., hoje, ali, é um exemplo dos que, com vontade férrea, querem realizar algo.

O SR. JAYME AZEVEDO — Muito obrigado a V. Exa., mas não creio que date de época recente a preocupação do Itamaraty, com respeito aos problemas económicos e quanto à sua projeção no exterior. Permitir-me-á V. Exa., neste caso, proceder a uma retificação, inspirado pela Justiça dos fatos.

Na realidade, não é de hoje que o antigo Departamento Económico e o atual — a Secretaria Geral para Assuntos Económicos, têm-se voltado, com zelo, para os problemas económicos. O que ocorre, isto sim, e que tem prevalecido ultimamente é que, dentro do quadro nacional, há o despertar de uma nacionalidade das mais responsáveis, em relação aos problemas criados pelo crescente número de brasileiros.

O Itamaraty, dentro de uma política de economia — e que ficou consagrado como de independência — tem podido assumir uma política externa muito mais agressiva. Essa política externa seria mesmo inevitável, pois, nada mais está sendo do que impulsionada por meros agentes históricos. Dentro dos acontecimentos internacionais que agora se registram, o Brasil tem que tomar medidas em defesa dos nossos interesses, pois, do contrário, ficaremos sem recursos para o nosso desenvolvimento. A questão nítida e clara é a seguinte: assim como os demais países em desenvolvimento precisam de bens de capitais, de importar, a fim de fundamentar a infraestrutura económica, projetando novas indústrias, para não só abastecer o mercado interno, como também conquistar mercados externos, é natural que, para impor-

tar, precisa ter divisas necessárias para pagar as importações.

Outrora, lançava-se mão de dois recursos — os derivados de empréstimos — as famosas ajudas externas, como, por exemplo, a Aliança para o Progresso, que é a sua mais recente versão — e através do qual se projetava a expansão industrial. Acontece que os recursos providos da ajuda externa têm destino exato, enderêço certo.

Os estrangeiros emprestam dinheiro objetivando a aquisição de bens de capitais no País, para a criação da sede de agências financeiras. Além desse condicionamento todo da ajuda externa, ela, em geral, apresenta uma filosofia de desenvolvimento económico contrário aos nossos interesses. Existe, ainda, o inconveniente de que essas ajudas nem sempre podem ser fornecidas pelos diversos países. Numa situação em que o Brasil acumula dívidas externas que se tornam asfixiantes, temos a necessidade histórica de visualizar outra perspectiva. Qual? — a do comércio, isto é, a venda daquilo que produzimos em condições favoráveis, e de tal forma possamos auferir recursos necessários para pagar aquilo que precisamos comprar.

Agora, somos forçados a assumir uma atitude agressiva, porque o momento requer tal conduta. Não temos mais por que contar com ajuda externa em forma de empréstimo. Nosso desenvolvimento se fará à moda brasileira. Estamos conscientes — e os alemães, os americanos etc. — dos nossos pontos-de-vistas técnicos. O desenvolvimento brasileiro obedecerá a condições requeridas pelos empréstimos estrangeiros condicionados. Por isso, ao invés de empréstimo da ajuda externa, queremos recursos em comércio.

A queda sistemática e progressiva da venda dos nossos produtos, desconfiamos que já não obedece à lei da oferta e procura e sim a certas manipulações a que se referiu aqui o Senador ao lado.

O SR. ADOLPHO FRANCO — E é bem possível que nós tenhamos contribuído, em determinado momento, para elevar os preços, pela desconfiança. A Instrução 70, se não me engano, elevou o café a noventa centavos, para depois vendê-lo a quarenta e cinco e quarenta e sete.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tomou o café, mas, no caso do manganês, estamos vendendo a vinte e cinco.

O SR. SIGEFREDO PACHECO — E no caso da cera de carnaúba foi cem vezes menos.

O SR. JAYME AZEVEDO — Ultimamente, estamos procurando remediar a situação, porque, finalmente, a diplomacia brasileira perdeu a vergonha e se confessa de um país subdesenvolvido. Neste sentido, a constatação dessa verdade permite orientar nossa ação de maneira mais firme.

Por isso, a cada passo, estamos procurando a solidariedade, a companhia daqueles Países que se encontram nas mesmas circunstâncias nossas. Ainda agora, desenvolvemos uma grande luta, em Genebra, em torno do Acordo do Cacau.

Para dar uma idéia das dificuldades que se opuseram à nossa ação, basta citar que os nossos amigos do Norte, os Estados Unidos, que nos querem ajudar através da "Aliança para o Progresso", foram os grandes culpados do fracasso de Genebra.

Gana pediu que o mecanismo de alarme passasse a funcionar quando o preço chegasse a 27 centavos. O Brasil já aceitava 22; mas os Estados Unidos queriam e conseguiram 17, preço vil, que não é suficiente, sequer, para atender o preço de produção. O Acordo falhou devido à atitude de intransigência da delegação americana.

Portanto, o caminho que o Brasil tem a seguir não é o dos empréstimos externos. Aliás, hoje, a nossa política económica é mais brasileira — mais agressiva, não chega a ser nacionalista. E', apenas, brasileira, porque procura conciliar-se com os interesses de países em igual fase de desenvolvimento. E' claro que não podemos chegar a um acordo com os países desenvolvidos, cuja tendência é manter a nossa atual condição.

Do ponto de vista económico, e no plano do comércio internacional, chegamos a uma constatação inconteste: o Brasil tem sido um país vilmente espoliado. E quando dizemos que estamos sendo espoliados, perguntamos de quem arrancam esse dinheiro. Não é de ninguém mais, senão desses setenta milhões de lavradores desprotegidos, como disse há pouco o Presidente desta Comissão.

Ora, nosso desenvolvimento só poderá ser incrementado através do comércio, do intercâmbio, pois, do contrário, acontecerá o pior, cairmos num desenvolvimento de sociedade fechada que não é a típica dos países de processo económico democrático. Ainda a caminho daqui, eu lia um editorial do "Correio da Manhã" que é bem expressivo: "Atitude nova", é o que estamos fazendo no Itamaraty.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHIEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHIEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impressos nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 60,00	Semestre	Cr\$ 33,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 124,00	Ano	Cr\$ 103,00

— Excetuadas as para o exterior, que terão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos, além preferências à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos de edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-á de Cr\$ 0,20.

O SR. ADOLFO FRANCO — Não tenho certeza, é o que noticiaram os jornais.

O SR. EMBAIXADOR JAIRO AZEVEDO — Empenho a minha palavra de funcionário neste caso se houve, foi a nossa revella.

O SR. ADOLFO FRANCO — O que se indaga é o seguinte: nestes acordos teriamos elementos ou força para evitar isso?

O SR. EMBAIXADOR JAIRO AZEVEDO — Temos. A estrutura desse Acordo é de tal ordem que ele não só prescreve o contingenciamento da oferta mas impede a transgressão às boas normas do comércio internacional e a reexportação é uma transgressão a essa anomalia e por isso foi criado o Certificado de Exportação.

O SR. ADOLFO FRANCO — Pergunto a V. Exa.: o seguinte:

O que interessa a nós vendermos um produto a um País que não o consome? O que ele fará com o que compra e importa de nós? Necessariamente não vai exportar?

O SR. PRESIDENTE — A Dinamarca, a Suíça, a Noruega, que têm a mesma região fria da Rússia, são os maiores consumidores de café per capita do mundo.

O SR. ADOLFO FRANCO — A Rússia não é consumidora de café.

O SR. PRESIDENTE — Mas tem que consumir, se você não exportar, ela não pode consumir.

O SR. ADOLFO FRANCO — Obrigando a Rússia a comprar, não estamos incentivando essa reexportação?

O SR. EMBAIXADOR JAIRO AZEVEDO — Com os meios de defesa que temos, não. Nada nos pode assegurar que em determinado momento, a Rússia estocando café declare uma guerra econômica ao Brasil e reexporte o café. Isto, ao portar de tal forma a margem do comércio internacional que não faz sentido e

depois no momento em que ela está fazendo os maiores esforços no sentido de entrosar-se com os Países industrializados não é de esperar tal fato aconteça. Por exemplo, recentemente, o acordo do trigo realizado com os Estados Unidos e a maneira muito pronta e muito louável dos Estados Unidos de, imediatamente, entrar em negociações comerciais com a Rússia, indica que ela não tem interesse em subverter os meios normais de comércio. Aliás, ela vai participar dos trabalhos preparatórios dessa conferência de comércio, em um comportamento perfeitamente ortodoxo, normal. Ela não faria isso no momento, toda expectativa é contrária a isso.

Quanto um País procede, até mesmo no terreno da energia atômica, com leura, correção, é de se supor que no terreno econômico se porte de maneira consentânea com as boas normas.

O SR. ADOLFO FRANCO — Se vendemos o que sabemos que outro País do acordo não consome, não estamos facilitando esse comércio clandestino?

O SR. EMBAIXADOR JAIRO AZEVEDO — Eles têm condições de consumir.

O SR. ADOLFO FRANCO — É um acordo insincero que firmamos, fazendo-o comprar o que não consome, que no spa em ouro e vai querer fazer ouro.

O SR. EMBAIXADOR JAIRO AZEVEDO — A nossa expectativa é de que eles venham a consumir. Sobre o assunto, aliás, gostaria de transmitir informações que obtive através de conversa com um diplomata brasileiro que correu e mostrou e que, depois de uma série de restrições e críticas à Rússia, que coincidiam com o famoso artigo do Sr. Nascimento Brito no "Jornal do Brasil", no plano do café deixou-me impressionado com a afirmação de que a Rússia consumirá todo o café que

No momento, não está havendo uma compreensão exata dessa atitude, mesmo pelos mais responsáveis, pois quem muito tem recebido, muito tem a dar até na expressão do próprio Evangelho: "muito será pedido a quem muito recebeu..." que são os Estados Unidos da América do Norte. Queremos comércio e não queremos ajuda, queremos seja pago o melhor preço possível. Nesse sentido, quando sabemos que a Alemanha lucra 200 milhões de dólares por ano, a custa do café que entra ali...

O SR. ADOLFO FRANCO — Eu me referi à nossa estabilidade, da nossa política, em momento especulativo.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. calcula o seguinte: quando vendíamos por exemplo, o minério de ferro a 18 dólares a tonelada, importava-se equipamentos mais baratos do que hoje. Quem está lucrando? Quem industrializa o produto, portanto, nós damos todas essas vantagens.

Fico satisfeito em ouvir declarações de V. Exa. sobre a política econômica ativa, agressiva, ofensiva e defensiva do Itamarati, pois isto nos ajudará muito.

O SR. ADOLFO FRANCO — Está o Itamarati assumindo seu verdadeiro papel.

O SR. PRESIDENTE — É necessário que nos ajudem e o Senado receberá essas notícias com verdadeira alegria. Não é possível que Departamentos de Estado ou de Comércio de Países nossos amigos dominem o comércio internacional do Brasil pagando preços vis e, conforme estamos vendo, não deixando desenvolver-se Países que se precisam, como os africanos.

O SR. ADOLFO FRANCO — Estamos ouvindo a exposição do Senhor Embaixador e, efetivamente o objetivo da Comissão é de conhecer as causas e as deficiências e possíveis soluções do problema de comércio exterior brasileiro e da vida interna do País.

Nestas condições, como temos consumidores tradicionais queria saber o seguinte: tem o Itamarati um programa junto ao Departamento de Comércio Exterior para corrigir para incentivar esse problema...

O SR. PRESIDENTE — O Senhor Embaixador acabou de dizer o seguinte: nos dias 2 a 10 de dezembro próximo se reunirão no Itamarati, todos os representantes das Embaixadas que tratam dos interesses do Brasil, a fim de traçar novos programas para o ano vindouro, corrigindo todas as anomalias e dando a projeção necessária ao problema.

O SR. ADOLFO FRANCO — Estamos vendo, pelos jornais, que vendemos café à Rússia, que forçamos mesmo a venda, mediante um acordo internacional, e ela reexportou esse café para Cuba.

O SR. EMBAIXADOR JAIRO AZEVEDO — Posso comentar essa fato? Deve haver um equívoco. O que houve foi uma exportação direta nossa.

O SR. ADOLFO FRANCO — Houve uma exportação nossa mas houve também reexportação daquele café vendido à Rússia. Os jornais noticiaram. Temos fórmula de corrigir isso?

O SR. EMBAIXADOR JAIRO AZEVEDO — O Acordo Internacional do Café visa precisamente a combater a reexportação que considera um verdadeiro monstro. A reexportação é a asa negra do Acordo do Café, por isso é que mais se preocupa o Acordo no sentido de evitar ela ocorra e uma das razões pelas quais negamos à Rússia reexportação, para Cuba, foi esse Acordo.

O SR. ADOLFO FRANCO — Mas foi feita.

O SR. EMBAIXADOR JAIRO AZEVEDO — Reexportação não houve.

o preço seja acessível. O consumo do café na Rússia é limitado pelas possibilidades que são pequenas em função daquilo que exportamos e em função do preço. No dia em que o preço diminuir, o consumo será maior do que atualmente. O gosto, a vontade do russo pelo café, é imprecionante. É deprimido de um brasileiro muito lento nestas questões.

O SR. ADOLFO FRANCO — O que tem confirmar a minha tese: não importa forcamos a venda, antes de haver consumo interno.

O SR. ATILIO FONTANA — Sabemos que o povo russo, naturalmente gostava de consumir, em maior escala, café. No entanto o sistema de governo de lá não permite que o povo russo possa consumir o café como seria o desejável.

Será que o nosso Governo terá possibilidades para controlar a reexportação, pela Rússia, do nosso café, que é um país totalitário, para outro país totalitário, como Cuba? A Rússia já exportou material bélico e até tropas, e somente os serviços secretos dos Estados Unidos descobriram nos arredores da própria Cuba um grande arsenal armamentístico, inclusive foguetes com ogivas atômicas e que haviam sido exportados pela Rússia.

Assim sendo, será muito fácil à Rússia a reexportação do nosso café se o nosso Governo não tiver um controle mais eficiente, porque em se tratando de um país totalitário, como é a Rússia, um País Comunista, é fácil para ela a reexportação para outro país totalitário. Dessa forma não me parece fácil a primeira vista, que o nosso governo possa ter um eficiente controle sobre a reexportação do café brasileiro pela Rússia.

O SR. PRESIDENTE — Desejaria prestar um esclarecimento a respeito desse detalhe focalizado pelo Senhor Senador Atílio Fontana. Os Estados Unidos da América do Norte não mantêm transações comerciais com Cuba. No entanto, o Canadá continua mantendo transações comerciais com Cuba. O que temos observado é um crescimento vultoso de trocas comerciais do Canadá com Cuba, especialmente depois da ruptura das trocas comerciais dos Estados Unidos com Cuba. Quem nos diz que muitos produtos que o Canadá exporta para Cuba não são exportados para outros países?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Desde que o nosso espírito seja o de comercializar, qual o prejuízo que teríamos se vendêssemos café para a Rússia e a Rússia o distribuisse?

O SR. ADOLFO FRANCO — Temos. Todos os países procuram ter uma balança comercial equilibrada. Cada país tem uma produção e tem, também, uma compensação. Não adianta vendermos café para quem não o consome, porque, inclusive, o país importador poderá reexportar nosso produto auferindo grandes lucros.

O SR. PRESIDENTE — O Brasil mantém relações comerciais com Cuba? Exporta café para aquele país?

O SR. EMBAIXADOR JAIRO AZEVEDO — Sim.

O SR. PRESIDENTE — Obrigado.

O SR. EMBAIXADOR JAIRO AZEVEDO — Cuba é um país exportador de café. Recentemente houve uma acentuada queda em sua produção e teve necessidade de importar café. O atendimento a essa importação de café por Cuba, da Rússia, no caso seria reexportação, foi negado pelo Itamarati. Quero acentuar que a Rússia solicitou autorização ao Brasil para efetuar essa transação comercial ou seja a reexportação de nosso café para Cuba, o que foi negado pelo Itamarati. Essa simples negação parece a mim o reflexo de uma preocupação daquele país quanto ao problema específico do café.

Quero citar um fato: o Sr. Embaixador Frazão, que firmou o Convênio Internacional do Café, reconhecido por todos como o protagonista de um dos maiores feitos na história da política comercial do Brasil, afirmou que não passa uma saca de café em frente à Estátua da Liberdade sem que o Mercado saia. A coisa mais difícil do mundo é esconder uma saca de café. Todos sabem quando há reexportação. Nesse caso se a Rússia reexportar café não se constituirá num comércio universal e a colocará no banco dos réus.

O SR. SENADOR ADOLFO FRANCO — Continuamos na nossa tese de que um país que habitualmente não consome café e o importa em larga escala fortemente reexportará esse café. Soubemos que está havendo reexportação de café da Rússia para Cuba. Houve uma denúncia formal em que até o Itamarati foi chamado a esclarecer o não fez até o momento pelo menos que eu tenha conhecimento.

O SR. EMEALADOR JAIME AZEVEDO — Foi noticiário do jornal porque praticamente é impossível a reexportação sem que o Mercado saiba.

O SR. PRESIDENTE — Atualmente a nossa situação é bem melhor do que no ano passado, pois não havia quem comprasse o café e o nosso produto sofreu alta em virtude da queda no Paraná.

O SR. ADOLFO FRANCO — Com o milho ocorre fato semelhante ao do café. V. Exa. foi Ministro da Agricultura e sabe bem o que ocorria com relação ao milho; o Governo fixou um preço mínimo para o produtor, preço esse que era de Cr\$ 600.00 por saca. Essa saca de milho, no Porto de Santos, é gravada em Cr\$ 513.03 de despesas, o que é altamente prejudicial.

O SR. PRESIDENTE — O que acontece é que há uma desorganização.

O SR. ADOLFO FRANCO — A desorganização está no Governo e não no produtor.

O SR. PRESIDENTE — ... não do produtor, não do exportador, e sim na falta de respeito por parte dos membros e é o que vou provar. Uma tonelada de trigo é igual a Cr\$ 52.500. O que se dá por um saco de milho é a importação de Cr\$ 3.500.00. Alugando um 100 de milho, isto representa Cr\$ 350.00 a Cr\$ 4.000. Os melões costumam ter o privilégio de comprar o nosso milho e de o misturar à farinha. Com a inclusão de tal porcentagem a nossa produção de milho teria um grande elevação. A portaria do Ministério da Agricultura resolveu essa questão de porcentagem de milho.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Freqüentemente que oqamos a exposição a ser feita pelo Sr. Embaixador Jaime de Azevedo, para depois então debatermos essa outra parte da questão.

O SR. EMEALADOR JAIME AZEVEDO — Costaria de poder dizer algumas palavras sobre a grande preocupação que no momento tem a Secretaria Geral Adjunta para Assuntos Econômicos, relativamente à defesa da Confederação de Comércio e Desenvolvimento.

Esta Conferência é de tal amplitude que ela vai tratar de toda a problemática do comércio internacional. Já lá, ela antecipa ela sugere a complexidade de todos os assuntos pertinentes àquela situação. Aquela comportamento, aqueles objetivos que o Brasil deve ter no tocante ao desenvolvimento de uma política externa econômica consistente com os seus interesses. Por quê? Porque essa Conferência de Desenvolvimento tende à discussão dos princípios norteadores dos tratados internacionais, no plano comercial, até a existência dos organismos encarregados de gerir os in-

teresses dos países no plano internacional, podemos por produtos de base, matérias-primas, podemos por manufaturas e etc. pelos organismos regionais, no sentido de que os países em desenvolvimento como o Brasil se aliarem e exerceram aquela pressão que lhe é imposta, contrário aos seus interesses.

O problema, no plano diplomático, é muito simples: as condições atuais do comércio internacional são de tal modo que os defensores do poder econômico exercem as pressões que lhe são favoráveis e estabelecem mecanismos, sancionando essas vantagens. É a maximização das vantagens, usada pelo GATT. E o que fazer? Os países em desenvolvimento devem, unidos, usar uma pressão contrária, como, por exemplo, a mais recente, a Conferência do Cairo. Através dessas conferências em que os países de poder econômico dispõem somente de um voto, cada um, as nações subdesenvolvidas, desta forma, poderão enfrentá-los em igualdade de condições. Esses países de grande poder econômico, a princípio, quiseram sabotar a Conferência, alegando pretextos baratos, como sejam: dimensão, bolchevismo, guerra fria etc. Mas, um ano depois estavam vendendo trigo à Rússia.

O SR. PRESIDENTE — É interessante não podermos vender cristal de rocha à Rússia. No entanto, quando viaja pela Ásia, observará, em Hong Kong, que os ingleses vendem à China Comunismo cristal de rocha.

O SR. JAIR AZEVEDO — A verdade é que todo país que vender materiais proibidos, não receberá ajuda norte-americana. O Presidente da República daquele país não poderá fazê-lo.

O que se irá fazer? Ainda recentemente, em São Paulo, o Itamaraty obteve a criação de um organismo coordenador das políticas latino-americanas, com vistas à Conferência. Uma das maiores dificuldades é a divisão das nações. Precisamos coordenar os esforços, a fim de enfrentar o poder econômico. Acreditamos que os países latino-americanos juntarão suas pequenas forças objetivando a solução dos nossos problemas. O Itamaraty pleiteou e obteve a realização em Brasília, do Seminário da CEPAL, que promoverá a reunião dos peritos governamentais dos países latino-americanos, com vistas a esses problemas da Conferência. É o aspecto técnico. O Seminário se realizará de 20 a 28 de janeiro. Aqui estarão reunidos os técnicos de toda a América Latina, para uma reorientação da política econômica latino-americana.

O setor econômico do Itamaraty tem procurado mostrar aos países desenvolvidos que os interesses dos países em desenvolvimento não são só seus, mas deles também. Basta lembrar que, com a elevação do padrão de vida das populações marginais, fará com que os próprios países de poder econômico possam aumentar as suas vendas.

Faltam convênios de que ninguém fará mais pelo Brasil do que o brasileiro.

Há necessidade de se encontrar preços mínimos no mercado internacional. Por exemplo, o cacau.

O SR. AILIO FONTANA — Pelo mecanismo do alíquo, o mínimo a que poderia chegar é 22 cents.

O SR. JAIR AZEVEDO — Nessas instâncias é muito moderada. Nós, neste caso, preferimos não ter acórdão.

A Conferência não vai ser uma panacéia, não vai resolver todos os problemas do mundo. Vai, isto sim, instilar na consciência dos seus participantes a necessidade de uma maior politização. Vai criar uma nova mentalidade.

Ainda, se o GATT é hoje, no plano universal, uma "clube de ricos", a

Conferência vai criar, entre nós, o sindicato das nações pobres.

Não podemos aceitar a divisão, porque divididos somos países fáceis dos países industrializados. Portanto, estaremos criando dos nossos interesses, até que chegue um dia em que não estejamos mais confiantes cu finidos dos empreendimentos exteriores.

Precisamos confiar na capacidade de realização do homem brasileiro, inclusive na do seu corpo diplomático.

O SR. AILIO FONTANA — Desejava abordar um ponto, que me parece muito importante, qual seja o de desdobramento do esforço para a diversificação das exportações, quer no setor agropecuario, quer no industrial.

Nossa exportação está estribada quase que exclusivamente no café, nos minérios, no cacau, um pouco de madeira e algodão. Temos um mercado imenso a que poderíamos oferecer mercadorias, inclusive carne, e o Brasil tem condições para exportar.

O SR. JAIR AZEVEDO — Estamos iniciando a exportação de manufaturas. Agora mesmo realizou-se uma Feira em Lima no Peru, onde vários produtos brasileiros, para começar, surpreenderam os peruanos. Não sabiam que nós produzíamos tornos automáticos, máquinas de costura etc.

A etapa inicial consiste, exatamente, em mostrar que existe a manufatura brasileira.

Vamos ter que comparecer à Feira de Leipzig, na República Federal da Alemanha.

O SR. ADOLFO FRANCO — Senhor Embaixador, eu gostaria de saber porque, no caso de Lima, o tecido brasileiro não pode ser vendido ali.

O SR. JAIR AZEVEDO — O Peru tem a sua própria indústria de tecidos bem desenvolvida.

O SR. ADOLFO FRANCO — Mas a diferença de preço é fantástica.

O SR. PRESIDENTE — Eu posso esclarecer o que houve. Muitos produtos foram para lá e tiveram um gravamento tributário tremendo. Se não fossem vendidos na Feira teriam que pagar um imposto muito grande. Ora, o feirante, para não trazer de volta e pagar um frete tremendo, teve que entregar tudo de graça na Exposição.

Mas vamos tomar o caso do Chile. Procuramos entrar no Chile. Está difícil.

A banana, também. Aliás, quando chega um vapor brasileiro com banana do Chile, a United Fruit descarrega em seguida praticamente distribuindo de graça para que tenhamos prejuízo. Esses fatos são conhecidos.

De forma que entendo ser útil se procuremos ajudar à ALALC, a fim de toda a América Latina possa expandir suas exportações. No caso do Brasil, temos o charque e a banana, dois produtos excelentes para exportação.

O SR. JAIR AZEVEDO — Infelizmente, não dispomos de gente nem de recursos. Estamos procurando aproveitar o máximo que existe e também estamos aprendendo alguma coisa com os Escritórios Comerciais que agora passaram para a cidade do Itamaraty. Já proporcionaram alguns resultados. Na medida em que ficam como presença comercial do Brasil no exterior, já suscitam interesse do consumidor local pelos nossos produtos. Claro que esse interesse não nasce da noite para o dia.

O problema da banana, na verdade, tem encontrado algumas resistências, não apenas da "United Fruits" que, aliás, já tem mercado assegurado em grande parte dos países americanos e também europeus. Aliás, a banana acha-se sectorizada e, em certos mercados, não temos a menor possibilidade de ingresso. A França

por exemplo, está tomada pela banana africana; outros mercados encontram-se apanhados em medidas tomadas pela Comunidade Econômica da Europa, que trata com tarifas comuns.

O SR. AILIO FONTANA — O Brasil tem grande interesse em aumentar a sua indústria têxtil, inclusive com o Chile, e isto pode ser desenvolvido. Para isso, é importante estabelecer o comércio de chilenos, bolchevismo, guerra fria etc. do que os brasileiros. É um mercado muito grande. No Chile, há muitas condições para a reexportação quando a exportação de café.

Qual a solução que o Itamaraty dá para o problema? Não pode comparar e orientar as corporações?

O SR. JAIR AZEVEDO — Conterço que não estou a par deste assunto. Vou falar com o Sr. Itamaraty em Santiago para orientá-lo.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Desejo saber se o Itamaraty mantém entendimentos para negócios com o Ministério da Agricultura sobre vários problemas e existentes internacionais para exportação de nossos produtos. Por exemplo: se é se informam das exigências dos países, da capacidade de consumo da procura e se transmitem essas informações ao Ministério da Agricultura, para que este as retransmita ao Centro de Produção.

O SR. JAIR AZEVEDO — Em termos gerais, devo dizer que os problemas econômicos no Itamaraty são tratados em dois pontos: um, da política geral e outro, já agora no âmbito do Secretário-Geral.

A Secretaria Geral de Política Externa tem cinco Secretarias Gerais Adjuntas. Seus titulares são os Assistentes do Secretário Geral, no caso o Embaixador Dr. Fraga. Cada um desses Secretários é responsável por um setor, por uma área de arminado, por um tipo de serviço. Então existe a Secretaria Geral Adjunta para a Europa Ocidental e África; existe a Secretaria Geral Adjunta para a Europa Oriental e Ásia; existe a Secretaria Geral Adjunta para assuntos americanos; existe a de assuntos internacionais e a dos assuntos econômicos, que é a minha.

A Secretaria Geral Adjunta de Assuntos Econômicos cuida de tudo quanto é política econômica em geral. Toda vez que houver um problema que afeta a mais de uma área geográfica — por exemplo, o do trigo, que diz respeito à Argentina, ao Canadá, aos Estados Unidos, à Austrália; o do café, igualmente; o do cacau — toda vez que há necessidade de uma formulação de política geral, minha área é competente. Mas quando se trata de problema bilateral, por exemplo Brasil-Argentina, Brasil-França, Brasil-Suécia, então a competente é a Secretaria Geral Adjunta correspondente, que cuida do assunto mesmo quando ele é econômico.

Há uma preocupação constante e permanente de todas as nossas Missões sobre todos aqueles assuntos que possam interferir na nossa expansão comercial, ou mesmo para conhecimento do problema, para adquirirmos melhor técnica no trato da questão. E nos mandam uma informação, quando urgente, por via telegráfica, quando menos urgente, pelo que chamamos carta-telegráfica, e também por ofício.

Existe, assim, um sistema de comunicação permanente que consiste nessa remessa de dados. O Itamaraty é uma grande central de informações.

Eu mesmo lido com grande parte desse material. Agora por exemplo estou recebendo informação de Londres. Todo dia, no meu setor, chegam vinte, trinta, quarenta telegramas desse tipo.

Disso o Itamaraty cuida diretamente, quando pode resolver o assunto. Quando não pode, a matéria é transmitida ao Ministério do Tra-

balho, ou da Agricultura — a qual quer Ministério relacionado, o que é feito dentro da rotina de serviço. As vezes precisamos de uma informação de um Ministério e a cobrança, outras vezes somos nós quem buscamos.

Por acaso, vim lendo, no avião alguns telegramas, principalmente do setor, que indicam o tipo de preocupação do Ministério em relação a esses problemas. Esses telegramas vêm todos às minhas mãos e por isso a lê-los só para que o Senhor Senador tenha uma idéia do gênero de central informativa e executiva que o Itamaraty representa. (O orador lê matéria confidencial).

Todas essas problemas constituem objeto de preocupação de diversos setores de minha Secretaria.

O SR. PRESIDENTE — E preocupação do Itamaraty desenvolver a ALALC ao máximo ou não?

O SR. JAIRO AZEVEDO — O problema não é do meu setor, é do Setor Americano; conheço menos.

O SR. PRESIDENTE — Tomando por base o México, por exemplo, o que poderíamos exportar para o México? Tem conhecimento?

O SR. JAIRO AZEVEDO — O México tem uma produção em muito semelhante à do Brasil. Nossa exportação para o México é mais no setor manufaturas, em que temos já uma diversificação mais pronunciada e avançada do que o México. Uma série de laminados que aquele país pode importar, por exemplo.

O problema é que o México tem um auxílio financeiro dos Estados Unidos, e com a criação da ALALC o capital americano está instalando indústrias locais que vão se tornar autônomas e abastecer o mercado interno de maneira suficiente.

O SR. PRESIDENTE — Indústria de capital americano?

O SR. JAIRO AZEVEDO — Ah, sim. O capital americano ali é poderoso, e com a receita proveniente do turismo eles têm capital americano abundante e fácil.

Temos na primeira etapa encontrado algumas dificuldades em relação ao México. O comércio com o México aumentou consideravelmente, sobretudo em benefício daquele país. Dizem os técnicos da ALALC que isto é na primeira etapa, que na segunda vamos ter uma compensação razoável e que há perspectivas de equilíbrio em nossa Balança Comercial.

O SR. PRESIDENTE — Somente nos produtos manufaturados. O pecuário...

O SR. JAIRO AZEVEDO — O pecuário não há muita possibilidade porque existe perfeita coincidência entre as produções brasileira e mexicana.

O SR. PRESIDENTE — Muito obrigado.

O SR. ATILIO FONTANA — Gostaria de lembrar que há tempos tínhamos recebido uma carta do Embaixador Comercial em New York. Atualmente, estamos recebendo-a em língua inglesa. Como não sabemos ler inglês, sentimos a necessidade de que essa carta continue a chegar, escrita em Português.

O SR. JAIRO AZEVEDO — Pedindo ao meu Assistente para tomar nota.

O SR. ATILIO FONTANA — Temos correspondência com o nosso representante comercial em Nova York, solicitando que restabeleça a publicação daquele boletim em língua portuguesa. Ele me mandou, apenas um e não o que agradeço, mas não chegou a remetê-lo.

É interessante que tal publicação seja editada normalmente e, em particular, em língua portuguesa, pois dá nos fornece interessantes subsídios.

O SR. EMBAIXADOR JAIRO DE AZEVEDO — Nessa reunião que realizamos entre 2 e 10 solicitaremos aos responsáveis pelo serviço que tragam todas as publicações editadas nos dois últimos anos para que organize-

mos na biblioteca do Itamaraty uma pequena exposição elucidativa do que tem sido esse esforço desses escritórios. Tenho certeza de que essa carta enviada por V. Exa. ao nosso representante comercial de Nova York figurará.

O SR. PRESIDENTE — Desejaria manter contato com o Departamento Econômico do Itamaraty no sentido de recebermos trimestralmente, bimensalmente, ou mesmo mensalmente essas publicações, e fim de que os Srs. Senadores estejam informados de nossas atividades no exterior.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Alguns setores até da nossa economia reclamam a falta de apoio do Itamaraty quando concorremos com alguns países quando os Departamentos desses países apoiam integralmente as iniciativas comerciais deles.

O SR. PRESIDENTE — A remessa normal de tais publicações seriam de grande utilidade para os nossos trabalhos parlamentares, a fim de que pudéssemos, com os dados publicados na Revista, auxiliar o desenvolvimento do nosso País. E, para tal intento, muito necessária se torna a colaboração do Itamaraty.

O SR. JULIO LETTE — Seria interessante que tomassemos conhecimento das deliberações que serão tomadas nessa reunião que será realizada no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE — Se o Senhor Embaixador desejar, essas informações deverão ser prestadas reservadamente.

O SR. EMBAIXADOR JAIRO DE AZEVEDO — Não estou autorizado, mas acredito que o Sr. Ministro de Estado poderá receber sugestão no sentido de que sejam convidados representantes do Senado a assistir aquela reunião.

Essa é uma reunião de rotina, embora não seja frequente e não desejamos fazer em torno dela uma propaganda excessiva. Os nossos agentes são chamados a comparecer a fim de esclarecerem sobre o que tem feito.

O SR. PRESIDENTE — Gostaria de poder comparecer a essa reunião.

O SR. EMBAIXADOR JAIRO DE AZEVEDO — Tratarei do assunto ao Itamaraty.

A agenda de nossos trabalhos nessa reunião tratará, no primeiro dia, da expansão comercial; no dia seguinte, da divulgação; no terceiro, problema de pessoal e de administração.

Na parte da manhã, haverá trocas de idéias. Na parte da tarde, criaremos um grupo de trabalho para reduzir as idéias a proposições concretas. Depois disso chamamos os representantes das classes interessadas, a fim de que tragam a sua contribuição aos nossos trabalhos. Ao fim faremos uma relação daquelas medidas que nos parecerem mais necessárias ao impulso dos trabalhos dos nossos escritórios comerciais. Após esse trabalho, estudaremos a conveniência da instalação ou não de novo escritórios.

O SR. SIGIFREDO PACHECO — Sendo o café a nossa maior fonte de divisas, repete-se também ele a nossa maior preocupação. Soubemos, para surpresa nossa, que o Governo bilheu política limitando a nossa exportação de café, ao que parece, com a finalidade de manter o preço alto.

O SR. EMBAIXADOR JAIRO DE AZEVEDO — Essa política governamental é proveniente de acordo internacional firmado pelo Brasil.

O SR. SIGIFREDO PACHECO — Tenho a impressão que nem todos os países do mundo participam desse acordo.

O SR. EMBAIXADOR JAIRO DE AZEVEDO — Noventa e sete por cento dos produtores participam desse acordo internacional.

O SR. SIGIFREDO PACHECO — Mas, o que está ocorrendo é a limitação de nossas exportações de café.

O SR. EMBAIXADOR JAIRO DE AZEVEDO — Chegamos a um momento em que não temos licença para exportar, pois o Acordo é benéfico a nós e temo que acatá-lo.

O SR. PRESIDENTE — Ilustre Embaixador Jaime de Azevedo, a Comissão agradece a presença de V. Exa. em nossa reunião.

Seus esclarecimentos muito nos auxiliaram a saber a atuação do Itamaraty, pois o grupo que V. Exa. dirige está imbuido dos mesmos propósitos que nos animam todos e benéficos ao desenvolvimento da economia nacional.

As declarações de V. Exa. nos deixaram desvincados, porque, partindo de V. Exa., que é um grande orador, um grande nacionalista, temos a certeza de que dentro em pouco tempo orientaremos esta Nação a partir para um futuro melhor, definindo a sua posição de Nação independente, ante os outros países do mundo. Muito grato a V. Exa.

O SR. EMBAIXADOR JAIRO DE AZEVEDO — O prazer foi todo meu em poder contribuir de alguma forma, aos propósitos da ilustre Comissão que tem os seus trabalhos, presididos por V. Exa.

(Encerra-se a reunião)

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da por encerrada a Reunião, lavrando eu, Alexandre Marques de Albuquerque Meilo, Secretário, a presente Ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Ato do Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 57-A DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições resolve designar Deusdedit Miranda, Auxiliar de Limpeza, PL-11, para exercer as funções de Encarregado da Garage do Quadro Anexo.

ATOS DO DIRETOR-GERAL

Serado Federal em 1.º de agosto de 1963. — Senador Rui Palmeira, 1.º Secretário.

O Diretor-Geral deferiu os seguintes requerimentos:

Nº 1P-11-63 — de Olavo de Souza Ribeiro, Eletricista, PL-7 em que solicita salário-família em relação a seus filhos Olavo e Benedito, a partir de agosto de 1963, Silvana, a partir de janeiro de 1962 e Shiriane, a partir de janeiro de 1963;

Nº DP-405-63 — de Raul de Oliveira Cordeiro, Auxiliar de Portaria, PL-9, em que solicita mandar sustar o abono de família em relação a sua dependente Dulcinéia, a partir de novembro de 1963;

Nº DP-345-63 — de Ana Maria Sobral Teixeira Soares, Oficial Legislativo, PL-8, em que solicita licença genante, a partir de 21 de outubro de 1963;

Nº DP-428-63 — de Serafim de Oliveira, Taquígrafo, PL-4, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, num total de 1.624 dias e ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, num total de 308 dias;

Nº DP-24-63 — de Lyda das Dores Mattia, Enfermeira, PL-7, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado à Universidade de São Paulo, num total de 1.216 dias; à Secretaria de Educação e Cultura, num total de 728 dias e à Secretaria de

Saúde Pública, num total de 915 dias. (Republica-se por ter sido com incorreção)

Concedeu, de acordo com os respectivos Laudos Médicos, licença para tratamento de saúde aos seguintes funcionários:

Marcelo Zamboni, Auxiliar Legislativo, PL-10, quinze (15) dias, a partir de 25 de novembro de 1963. (Processo P-110-831)

Victor Loto, Auxiliar de Portaria, PL-9, no período de 14 a 20 de novembro de 1963. (Processo DP-115 de 1963)

Concedeu férias regulamentares relativas ao exercício de 1962, a Paulo Cidral Menur, Motorista, PL-9, a partir de 3 de dezembro de 1963.

Acordou, de acordo com os artigos 161 item II e 302 do Regulamento da Secretaria, as faltas relativas aos dias de novembro de 1963, aos seguintes funcionários:

De Dya Flávia de Carvalho, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 29;

De Elza de Córdova de Barros, Oficial Legislativo, PL-8, no dia 28;

De Helena Brown, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 28;

De Irene Siela Homem da Costa, Taquígrafo-Revisor, PL-2, nos dias 26 e 27;

De Laurita Fania, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 5;

De Lélia Mascarenhas de Moraes, Taquígrafo de Debates, PL-4, no dia 28;

De Léa Augusta da Silveira Lobo Rodrigues Castro, Oficial Legislativo, PL-8, no dia 28;

De Mar a Lúcia Lopes, Taquígrafo de Debates, PL-4, no dia 28;

De Manoel Izidoro Pereira, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 28;

De Mar a José Miranda de Siqueira Lima, Oficial Legislativo, PL-7, no dia 27;

De Maria Riza Baptista Dutra, Oficial Bibliotecária, PL-3, no dia 5;

De Maria Eliza de Abreu Nogueira, Oficial Bibliotecária, PL-7, no dia 26;

De Paulo Lineu Portes, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 4 e 5;

De Renato de Almeida Chermont, Oficial Legislativo, PL-4, no dia 25;

Abonou ainda, a falta de Maria Ignês Brown, Oficial Legislativo, PL-8, no dia 2 de dezembro de 1963.

Exarou o seguinte despacho no requerimento nº DP-376-63, de Ruth de Souza Castro, PL-4, em que solicita transferir para os seus vencimentos o salário-família correspondente a seus filhos José Soares de Oliveira Neto e Marcelo de Castro Oliveira: "Faça a requerente a prova do alegado".

Secretaria do Senado Federal, em 11 de dezembro de 1963. — Maria do Carmo Rorion Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.

PORTARIA Nº 94 DE 18 DE

DEZEMBRO DE 1963

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições resolve designar Maria Távora, Oficial Legislativo, PL-6, para exercer as funções de Chefe da Seção de Micrografia da Diretoria das Comissões.

Secretaria do Senado Federal, em 18 de dezembro de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Republica-se por ter sido com incorreção.

Ato da Comissão Diretora

A Comissão Diretora, em sua reunião de 4 de dezembro, resolveu nomear interinamente, nos termos do art. 71, item III alínea b, da Resolução nº 6, de 1963, para o cargo isolado de Redator, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, o bacharel Rubens do Prado Leite.

Secretaria do Senado Federal, em 4 de dezembro de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSL — SP)
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — ALGO)
 Primeiro-Secretário — Rui Palmeira (UDN — RJ)
 Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — SP)
 Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB — ACRE)
 Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA)
 Primeiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN — PI
 Segundo-Suplente — Guido Mondin (PSD — RS)
 Terceiro-Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Guimarães Azeite (em exercício)
2. Eugênio Barros — Maranhão.
3. Lobão da Silveira — Pará.
4. Eugênio Barros — Maranhão.
5. Sebastião Archer — Maranhão.
6. Victorino Freire (em exercício o Suplente, Sr. Miguel Lima) — Maranhão.
7. Sigefredo Pacheco — Piauí.
8. Menezes Pimentel (em exercício o Suplente, Sr. Wlademar de Alcântara).
9. Wilson Gonçalves — Ceará.
10. Walfredo Gurgel — Rio Grande do Norte.
11. Ruy Carneiro — Paraíba.
12. Leite Neto — Sergipe.
13. Antônio Balbino — Bahia.
14. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
15. Gilberto Marinho — Guanabara.
16. Moura Andrade — São Paulo.
17. Atilio Fontana — Santa Catarina.
18. Guido Mondin — R. G. Sul.
19. Benedito Valadares — Minas Gerais.
20. Filinto Müller.
21. José Feliciano — Goiás.
22. Juscelino Kubitschek — Goiás.
23. Pedro Ludovico — Goiás.

PARTIDO

TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Passos — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Edmundo Levi — Amazonas.
5. Artur Virgílio — Amazonas.
6. Antônio Juca — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
11. José Ermirio — Pernambuco.
12. Silvestre Péricles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná (em exercício o suplente, Sr. Melo Braga).
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
17. Zacarias de Assunção — Pará.
18. Joaquim Parente — Piauí.
19. José Cândido — Piauí.
20. Dinarte Mariz — R. G. Norte.
21. João Agripino — Paraíba.
22. Rui Palmeira — Alagoas.
23. Eurico Rezende — Espírito Santo.
24. Afonso Arinos — Guanabara.
25. Bezerra Neto.

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

9. Padre Calazans — São Paulo.

SENADO FEDERAL

LIDERANÇAS

I — DOS BLOCOS PARTIDÁRIOS MAIORIA

Lider:

Barros Carvalho — (PTB) — (PE)
 Vice-Líderes:

Victorino Freire — (PSD — MA).
 Vasconcelos Torres — (PTB — RJ).
 Jefferson de Aguiar — (PSD — ES).
 Lobão da Silveira — (PSD — PA).
 Artur Virgílio — (PTB — AM).
 Bezerra Neto — (PTB — MT).

MINORIA

Lider:

João Agripino — (UDN — PB).

Vice-Líderes:

Daniel Krieger — (UDN — RS).
 Mem de Sá — (PL — RS).

PEQUENA REPRESENTAÇÃO

Lider:

Lino de Matos — (PTN — SP).

Vice-Líderes:

Aurélio Viana — (PSB — GO).

II — DOS PARTIDOS

PSD

Benedito Valadares — (MG).

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE).
 Sigefredo Pacheco — (PI).
 Walfredo Gurgel — (RG).

PTB

Lider:

Artur Virgílio — (AM).

Vice-Líderes:

Amaury Silva (licenciado) — (PR).
 Vivaldo Lima — (AM).
 Bezerra Neto — (MI).

UDN

Lider:

Daniel Krieger — (RS).

Vice-Líderes:

Eurico Rezende — (ES).
 Padre Calazans — (SP).
 Adolfo Franco — (PR).

PL

Lider:

Mem de Sá — (RS).

Vice-Líderes:

Aloysio de Carvalho — (BA).

PTN

Lider:

Lino de Matos — (SP).

Vice-Líderes:

Cattete Pinheiro — (PA).

PSP

Lider:

Miguel Couto — (RJ).

Vice-Líderes:

Raul Giuberti — (ES).

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente (PSD).
 Nogueira da Gama (PTB).
 Adalberto Sena (PTB).
 Rui Palmeira (UDN).
 Gilberto Marinho (PSD).
 Cattete Pinheiro (PTN).
 Joaquim Parente (UDN).

Guido Mondin (PSD).
 Vasconcelos Torres (PTB).

Reuniões Quarta-feira às 10 horas.

Secretário: Evandro Mendes Viana.
 Diretor-Geral.

Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Vago.
 Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Eugênio Barros.

José Feliciano.

SUPLENTE

1. Atilio Fontana.

2. Pedro Ludovico.

P. I. B.

TITULARES

Nelson Maculan (licenciado).
 Dix-Huit Rosado.
 Raul Giuberti.

SUPLENTE

1. Eduardi Catalão (**).

2. Aarão Steinbruch.

3. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Lopes da Costa.

Antônio Carlos.

SUPLENTE

1. Daniel Krieger.

2. João Agripino.

SUBSTITUÍDOS

Reunidas

quarta-feira, às 10 horas.

Secretário: J. Ney Pessoa Dantas.
 Auxiliar Legislativo PL-9.

(*) Em substituição do Senhor Nelson Maculan como titular.

Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

Presidente — Milton Campos (UDN).
 Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Jefferson de Aguiar.
 Rui Carneiro.
 Lobão da Silva.
 Wilson Gonçalves.
 Josaphat Marinho.

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel (licenciado).

2. Leite Neto.

3. Benedito Valadares.

4. Aarão Steinbruch.

P. I. B.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado).
 Bezerra Neto.
 Edmundo Levi.

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo (**).

2. Silvestre Péricles.

3. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

Aloysio de Carvalho.
 Eurico Rezende.
 Milton Campos.

10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

PARTIDO LIBERTADOR

(PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

(PTN)

1. Cattete Pinheiro — Pará.
2. Lauro de Matos — Espírito Santo.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

(PSP)

1. Raul Giuberti — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

(PSB)

1. Aurélio Viana — Guanabara.

MOVIMENTO TRABALHISTA

RENOVADOR

(MTR)

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

PARTIDO REPUBLICANO

(PR)

1. Júlio Leite — Sergipe.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO

(PDC)

1. Arnon de Melo — Alagoas.

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia.
2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.)	17
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15
Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
Sem legenda	64
Total	66

BLOCOS PARTIDÁRIOS

— 19 — Maioria (39) Membros:

PSD

PTB

29 — Minoria (17) Membros:

UDN

PL

39 — Pequenas Representações (8) Membros:

PTN

PSP

PSB

MTR

PR

PDC

Josaphat Marinho (Sem Legenda).

J. Afonso Arinos.
A. Daniel Krieger.
S. João Agripino.

Reuniões

Quarta-feira, às 16 horas.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias.
Oficial Legislativo PL-8.

(**) Em substituição do Senhor
Amaury Silva, como titular

Comissão do Distrito Federal (7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos,
Vice-Presidente — Pedro Ludovico.

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel,
Pedro Ludovico,
Lino de Matos.

SUPLENTE

1. Flinto Müller.
2. Eugênio Barros.
3. Heribaldo Vieira.

P. T. B.

TITULARES

Oscar Passos,
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

1. Aarão Steinbruch.
2. Antônio Juca.

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz,
Eurico Rezende.

SUPLENTE

1. Lopes da Costa.
1. Zacharias de Assunção.

Reuniões

Quintas-feiras às 10 horas.
Secretário: Juheta Ribeiro dos Santos,
Oficial Legislativo PL-8.

Comissão de Economia

(9 MEMBROS)

Presidente — Flinto Müller (PSD).
Vice-Presidente — José Ermírio — (PTB).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Flinto Müller,
Eugenio Barros,
Atilio Fontana,
José Guilomard (licenciado)

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar (*)
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Josephat Marinho

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

P. T. B.

TITULARES

José Ermírio,
Nelson Maculan (licenciado),
Júlio Leite

SUPLENTE

1. Oscar Passos (**)
2. Bezerra Neto

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga
2. Eurico Rezende

V. D. N.

TITULARES

Adolfo Franco,
Lopes da Costa

SUPLENTE

1. José Cândido.
 2. Zacarias de Assunção
- Reuniões, terça-feira — 16,00 horas
- Secretário: Cid Brugger, Auxiliar
Legislativo PL-10.

(*) — Em substituição do Sen-
hor José Guilomard, como
titular.

(**) — Em substituição ao Sen-
hor Nelson Maculan, como
titular.

Comissão de Educação e Cultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel
(PSD)

Vice-Presidente — Padre Calazans —
(UDN)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel,
Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Benedito Valladares
2. Sigefredo Pacheco

SUBSTITUTOS

1. Leite Neto

P. T. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz,
Amaury Silva (licenciado)

SUPLENTE

1. Vago.
2. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Antonio Carlos,
Padre Calazans,
Mem de Sá

SUPLENTE

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Arnou de Melo

Reuniões: 4^{as} feiras — 15,00 horas.

Secretário: Vera de Alvarenga Ma-
fra, Oficial Legislativo PL-7.

Comissão de Finanças

(15 MEMBROS)

Presidente — Argemiro de Figuei-
redo — (PTB).

Vice-Presidente — Daniel Krieger
— (UDN).

P. S. P.

COMPOSIÇÃO

TITULARES

Victorino Freire,
Lobão da Silveira,
Sigefredo Pacheco,
Wilson Gonçalves,
Leite Neto.

SUPLENTE

1. José Guilomard (licenciado).
2. Eugênio Barros.
3. Menezes Pimentel
4. Atilio Fontana.
5. Pedro Ludovico.

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

P. T. B.

TITULARES

Argemiro de Figueiredo,
Bezerra Neto,
Dix-Huit Rosado,
Pessoa de Queiroz,
José Ermírio.

SUPLENTE

1. Nelson Maculan (licenciado).
2. Lino de Matos.
3. Amaury Silva (licenciado).
4. Aurélio Vianna.
5. Antônio Juca.

SUBSTITUTOS

1. Edmundo Levi.
2. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

Daniel Krieger,
Dinarte Mariz,
Irineu Bornhausen,
Lopes da Costa.

SUPLENTE

1. Adolfo Franco.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Milton Campos.

PL

TITULARES

Mem de Sá.

SUPLENTE

1. Aloysio de Carvalho.
- Reuniões: 4^{as} feiras — 10,00 ho-
ras.

Secretário: Cid Brügger, Auxiliar
Legislativo, PL-10.

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima — PTB.
Vice-Presidente: Ruy Carneiro —
(PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Ruy Carneiro,
Walfredo Gurgel,
José Guilomard (licenciado),
Raul Giubert.

SUPLENTE

1. Leite Neto.
2. Lobão da Silveira.
3. Eugênio Barros
4. Júlio Leite

SUBSTITUTOS

1. Atilio Fontana
2. José Kairala.

P. T. B.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado),
Heribaldo Vieira,
Vivaldo Lima

1. Aurélio Vianna (**).
2. Pessoa de Queiroz.
3. Antônio Juca

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

Eurico Rezende,
Antônio Juca

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assunção

Reuniões: 4^{as} feiras às 10 horas.
SUPLENTE

Secretário: Vera de Alvarenga Ma-
fra, Oficial Legislativo, PL-7.

(*) — Em substituição ao Senhor
José Guilomard como titular.
(**) — Em substituição ao Senhor
Amaury Silva como titular.

Comissão do Polígono das Secas

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)
Vice-Presidente — Aurélio Vianna
(PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Wilson Gonçalves,
Ruy Carneiro

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
2. Leite Neto

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado,
Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo
2. Arnou de Melo
3. Julio Leite

V. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz,
José Cândido

SUPLENTE

1. João Agripino
 2. Lopes da Costa
- Reuniões: 5^{as} feiras — 16 horas.
Secretário: Ney Passos Dantas,
Auxiliar Legislativo, PL-9.

Comissão de Redação

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado
(PTB).
Vice-Presidente — Padre Calazans.

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Walfredo Gurgel,
Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira.
2. José Feliciano.

SUBSTITUTO

1. Menezes Pimentel (licenciado).

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado.

SUPLENTE

Heribaldo Vieira.

U. D. N.

TITULARES

Padre Calazans,
Júlio Leite.

SUPLENTE

1. João Agripino
2. Josephat Marinho.

Reuniões: 4^{as} feiras às 16 horas.

Secretário: Sarah Abrahão, Oficial
Legislativo, PL-8.

Comissão de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD).

Vice-Presidente — Passos de Queiroz (PTB).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Benedito Valladares.
Filinto Müller.
Jefferson de Aguiar.
Aar. Steinbruch.

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel.
2. Ruy Carneiro.
3. José Guimard (licenciado).
4. Victorino Freire.

SUBSTITUTOS

1. José Kairala.

P. T. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz.
Vivaldo Lima.
Eduardo Catalão.

SUPLENTE

1. Oscar Passos.
2. Argemiro de Figueiredo.
3. Antônio Jucá.

U. D. N.

TITULARES

Antônio Carlos.
José Cândido.
Padre Calazans.
Arnold de Melo.

SUPLENTE

1. Daniel Krieger.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Mem de Sá.

Reuniões: 5ªs-feiras — 15,00 horas

Secretário: Castejon J. B. Branco
Oficial Legislativo, PL-6.

Comissão de Saúde

(15 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa — UDN.

Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Pedro Ludovico
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Eugenio Bastos
2. Walfredo Gurge

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Antônio Jucá

U. D. N.

SUPLENTE

U. D. N.

Lopes da Costa

SUPLENTE

Padre Calazans

SUPLENTE

Raul Gilberti

Reuniões: Quintas-feiras — 15 horas.

Secretário: Eduardo Rui Barbosa
Auxiliar Legislativo PL-10.

Comissão de Segurança Nacional

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN).

Vice-Presidente — Silvestre Péricles (PTB).

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

José Guimard (Licenciado).
Victorino Freire

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro

1. Atílio Fontana (*)

SUBSTITUTO

2. José Kairala

P. T. B.

TITULARES

Silvestre Péricles
Oscar Passos

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado
2. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Irineu Bornhausen
Zacharias de Assunção

SUPLENTE

1. Adolfo Franco.
2. Eurico Resende

P. S. P.

TITULAR

Raul Gilberti

SUPLENTE

1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras — (16 horas).

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo PL-8.

(*) — Em substituição ao Sr. José Guimard, como titular

Comissão de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricles (PTB).

Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

Leite Neto.
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Victorino Freire
2. Benedito Valladares

PTB

TITULAR

Silvestre Péricles
Nelson Maculan (Licenciado)

SUPLENTE

1. Edmundo Levi
2. Vago

UDN

TITULARES

Antônio Carlos

Prorrogações

Antônio Carlos
Padre Calazans

SUPLENTE

1. Dinarte Marins
2. Lopes da Costa

PL

TITULAR

Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 16,00 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.
Auxiliar Legislativo, PL-9.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD).
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).

PSD

TITULARES

José Feliciano
Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Filinto Müller

PTB

TITULAR

Bezerra Neto
Lino de Matos

SUPLENTE

1. Silvestre Péricles

UDN

TITULAR

Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Zacharias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras — 16,00 horas.

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.

Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.

— organização administrativa do Distrito Federal.

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda, fixada aos Municípios;

Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30-2-1962.

son Maculan — designado em 15-5-1963.

Lobão da Silveira — designado em 23-4-1963.

Lopes da Costa — designado em 29-10-1962.

SUPLENTE

Até 14-12-1962 — Requerimento número 610-61, aprovado em 16-12-61.

Até 16-12-1963 — Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.
2. Lobão da Silveira — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Nelson Maculan — PTB.
7. Silvestre Péricles — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961.

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira
Wilson Gonçalves e
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961.

Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silveira — Relator — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricles — Relator — PTB.
7. Amaury Silva — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Ruy Palmeira — UDN.
14. Heribaldo Vieira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961.

Da nova redação ao item II do art. 95 da Constituição Federal, (irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleito em 1-6-61, salvo os Senhores Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 699-61 aprovado em 14-12-61;

Até 15-12-63 — Requerimento número 779-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Lobão da Silveira — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Guido Mondin — PSD
- 5 Wilson Gonçalves — PSD
- 6 Vivaldo Lima — PTB
- 7 Amáury Silva — PTB
- 8 Daniel Krieger — UDN
- 9 Milton Campos — UDN
- 10 Heribaldo Vieira — UDN
- 11 Lopes da Costa — UDN
- 12 Aloysio de Carvalho — PL
- 13 Lino de Matos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7 de 1961.

Da nova redação ao art. 65, item 1, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e restabelecimento de relações diplomáticas com países estrangeiros.)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962.

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;

Amáury Silva — designado em 28 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 77-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

- 1 Menezes Pimentel — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Lobão da Silveira — PSD
- 4 Ruy Carneiro — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Silvestre Péricles — PSD
- 7 Vivaldo Lima — PTB
- 8 Amáury Silva — PTB
- 9 Pinto Ferreira — PTB
- 10 Eurico Rezende — UDN
- 11 Daniel Krieger — UDN
- 12 Milton Campos — UDN
- 13 Heribaldo Vieira — UDN
- 14 Lopes da Costa — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Lino de Matos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4, de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963.

Pinto Ferreira — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1962.

Amáury Silva — designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 658-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 731-62 aprovado em 2 de dezembro de 1962

Membros — Partidos

- 1 Menezes Pimentel — PSD
- 2 Ruy Carneiro — PSD
- 3 Lobão da Silveira — PSD
- 4 Jefferson de Aguiar — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Pinto Ferreira — PSB
- 7 Bezerra Neto — PTB
- 8 Amáury Silva — PTB
- 9 Vivaldo Lima — PTB
- 10 Daniel Krieger — UDN
- 11 Eurico Rezende — UDN
- 12 Milton Campos — UDN
- 13 Heribaldo Vieira — UDN
- 14 Lopes da Costa — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Lino de Matos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 6º do artigo 19 substitui o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição.

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961, salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Amáury Silva — designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Menezes Pimentel — PSD
- 3 Friberto Müller — PSD
- 4 Guido Mondin — PSD
- 5 Ruy Carneiro — PSD
- 6 Amáury Silva — PTB
- 7 Barros Carvalho — PTB
- 8 Argemiro Figueiredo — PTB
- 9 Bezerra Neto — PTB
- 10 Daniel Krieger — UDN
- 11 Eurico Rezende — UDN
- 12 Milton Campos — UDN
- 13 Heribaldo Vieira — UDN
- 14 Ruy Carneiro — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Lino de Matos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal aplicando da mesma percentagem das cotas de imposto destinadas aos Municípios.

Eleita em 22-10-1962, salvo os Srs Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30-3-1962.

Guido Mondin — designado em 29-10-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963.

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963.

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Silvestre Péricles — designado em 23-4-1963;

Cattete Pinheiro — designado em 23-4-1963.

Senadores — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Silvestre Péricles — PTB
- 7 Nogueira da Gama — PTB
- 8 Barros Carvalho — PTB
- 9 Vago — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Lopes da Costa — UDN
- 13 João Agripino — UDN
- 14 Eurico Rezende — UDN
- 15 Josaphat Marinho — S.legenda.
- 16 Lino de Matos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11, de 1963.

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 23 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28-3-1962, salvo os Srs Senadores:

Guido Mondin — designado em 29-10-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 12-4-1963;

Cattete Pinheiro — designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 784-63, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Silvestre Péricles — PTB
- 7 Nogueira da Gama — PTB
- 8 Barros Carvalho — PTB
- 9 Milton Campos — UDN
- 10 Heribaldo Vieira — UDN
- 11 Eurico Rezende — UDN
- 12 João Agripino — UDN
- 13 Lopes da Costa — UDN
- 14 Aloysio de Carvalho — PL
- 15 Miguel Couto — PSP
- 16 Cattete Pinheiro — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1922.

(Altera a redação do art. 134 da Constituição referente a atribuições de concurso para a investidura em cargo inicial de carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1952, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna — designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 765-62, aprovado em 12-12-1963.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Leite Neto — PSD
- 6 Menezes Pimentel — PSD
- 7 Silvestre Péricles — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTB
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Eurico Rezende — UDN
- 13 João Agripino — UDN
- 14 Daniel Krieger — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Aurélio Vianna — PSB

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1962.

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em 23-4-1963;

Josaphat Marinho — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

Prorrogação:

Até 15-12-1962 — Requerimento nº 706-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Leite Neto — PSD
- 6 Menezes Pimentel — PSD
- 7 Silvestre Péricles — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTB
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Josaphat Marinho — UDN
- 13 Eurico Rezende — UDN
- 14 Daniel Krieger — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Lino de Matos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.

Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 3.

Eleita em 10 7 1962, salvo os Srs. Senadores.

Wilson Gonçalves
Leite Neto
João Agripino
Eurico Rezende e
Josaphat Marinho (designado em 23 4 1963).

Prorrogação:

Até 15 12 1963 — Requerimento nº 187-62, aprovado em 12 12 1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Silvestre Pericles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Josaphat Marinho — S. legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5 de 1962.

Da nova redação ao art. 20 da Constituição

Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais.

Eleita em 13 9 1962, salvo os Srs. Senadores
Wilson Gonçalves
Leite Neto
Josaphat Marinho
Eurico Resende
Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15 12 1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12 12 62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Miguel Couto — PSF

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1963.

Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 60 da Constituição Federal.

Designada para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado.

Eleita em 13 9 1962, salvo os Srs. Senadores
Josaphat Marinho
Wilson Gonçalves
Eurico Resende
Julio Leite (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15 12 1963 — Requerimento nº 190-62, aprovado em 12 12 1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Julio Leite — PR

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 12 1962, salvo os Srs. Senadores

Wilson Gonçalves

Eurico Resende

Amaury Silva

Raul Guberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15 12 1963 — Requerimento nº 791-62, aprovado em 12 12 1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Pedro Ludovico — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Resende — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Raul Guberti — PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 151 da Constituição referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres.

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Heribaldo Vieira — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezeria Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Pericles — PTB
11. Arthur Virgílio — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Josaphat Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezeria Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Pericles — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTP
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josaphat Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.

Da nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Wilson Gonçalves — PSD
4. Menezes Pimentel — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Amaury Silva — PTB
7. Bezeria Neto — PTB
8. Vago — PTB
9. Eduardo Catação — PTB
10. Vasconcelos Torres — PTB
11. Eurico Rezende — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
15. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1963.

Da nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaury Silva — PTB
- Bezeria Neto — PTB
- Pinto Ferreira — PTB
- Silvestre Pericles — PTB
- Adalberto Sena — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- João Agripino — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Josaphat Marinho — S. legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5, de 1963.

Da nova redação ao item II e ao § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Consignações.

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezeria Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Humberto Neger — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação em 18 9 1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 654-63, do Sr. Senador José Bimonte)

(9 MEMBROS)**Membros — Partidos**

- José Fereirano — PSD
- Alino Fontana — PSD
- Eugenio Barros — PSD
- José Ermirio (Relator) — PTB
- Bezeria Neto — PTB
- Meio Braga — PTB
- Lopes da Costa — UDN
- Milton Campos — Presidente — UDN
- Julio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações.

Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

(Criada em virtude da aprovação em 2-8-1963, do Requerimento nº 631-63, do Senador Gouveia Vianna)

(5 MEMBROS)**Membros — Partidos**

- Alino Fontana (Presidente) — PSD
- José Fereirano (Vice-Presidente) — PSD
- José Ermirio (Relator) — PTB
- Adolpho Franco — UDN
- Aurelio Vianna — Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos arquivos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.**(6 MEMBROS)**

(Criada pela Resolução nº 11-63)

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Leite Neto (Presidente) — PSD
- Nelson Maculan — PTB
- João Agripino (Relator) — UDN
- Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao § 1º do art. 23 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD;
 Ruy Carneiro — PSD;
 Wilson Gonçalves — PSD;
 José Feliciano — PSD;
 Lobão da Silveira — PSD;
 Bezerra Neto — PTB;
 Edmundo Levi — PTB;
 Argemiro de Figueiredo — PTB;
 Melo Braga — PTB;
 Milton Campos — Presidente — UDN;
 Aloysio de Carvalho — UDN;
 Afonso Arinos — UDN;
 Eurico Rezende — UDN;
 Josaphat Marinho (Relator) — Pequenas Representações;
 Aurélio Vianna — Pequenas Representações;
 Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.**(7 MEMBROS)**

(Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 151-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, a sessão de 14-8-63).

Designação em 28-8-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD;
 Wilson Gonçalves — PSD;
 Arthur Virgílio — PTB;
 Edmundo Levi — PTB;
 Adolpho Franco — UDN;
 Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN;
 Josaphat Marinho — S. Legenda.

Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agropecuária e suas repercussões negativas na exportação.

(Criada em virtude do Requerimento nº 559-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 2-8-1963).

(5 MEMBROS)**Membros — Partidos**

José Feliciano — PSD;
 Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD;
 José Ermirio (Presidente) — PTB;
 Lopes da Costa — UDN;
 Aurélio Vianna (Relator) — Pequenos Partidos.

Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vianna)

(5 MEMBROS)**Membros — Partidos**

Atilio Fontana (Presidente) — PSD;
 José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD;
 José Ermirio (Relator) — PTB;
 Adolpho Franco — UDN;
 Aurélio Vianna — Pequenas Representações.

Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

(Criada em virtude da aprovação, em 18-8-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665 de 1963, do Sr. Senador José Ermirio).

(9 MEMBROS)**Membros — Partidos**

José Feliciano — PSD;
 Atilio Fontana — PSD;
 Eurico Rezende — UDN;
 José Ermirio (Relator) — PTB;
 Leopoldo Neto — PTB;
 Melo Braga — PTB.

Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos — Presidente — UDN.

Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

(5 MEMBROS)**Membros — Partidos**

Jefferson de Aguiar — PSD;
 Leite Neto (Presidente) — PSD;
 Nelson Maculan (Vice-Presidente) — PTB;
 João Agripino (Relator) — UDN;
 Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 do corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.

(Criada em virtude da aprovação, em 7-11-1963, sessão extraordinária, da Resolução nº 32, de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores).

(Criada pela Resolução nº 32, de 1963)

MEMBROS — PARTIDOS

Presidente: Wilson Gonçalves — PSD;
 Vice-Presidente: Leite Neto — PSD;
 Relator: Eurico Rezende — UDN;
 Jefferson de Aguiar — PSD;
 Atilio Fontana — PSD;
 Artur Virgílio — PTB;
 Bezerra Neto — PTB;
 Aurélio Vianna — PTB;
 Júlio Leite — PTB;
 Melo Braga — PTB;
 João Agripino — UDN;
 Daniel Krieger — UDN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.

Altera o art. 138 da Constituição Federal (Ineligibilidades). Projeto de emenda do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD;
 Ruy Carneiro — PSD;
 Wilson Gonçalves — PSD;
 José Feliciano — PSD;
 Walfredo Gurgel — PSD;
 Argemiro de Figueiredo — PTB;
 Bezerra Neto — PTB;
 Silvestre Pericles — PTB;
 Edmundo Levi — PTB;
 Eurico Rezende — UDN;
 Milton Campos — UDN;
 Aloysio de Carvalho — UDN;
 Afonso Arinos — UDN;
 Josaphat Marinho — Sem Legenda;
 Raul Guberti — Pequenas Representações;
 Júlio Leite — Pequenas Representações.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.

Da nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transierença para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD;
 Ruy Carneiro — PSD;
 Wilson Gonçalves — PSD;
 José Feliciano — PSD;
 Walfredo Gurgel — PSD;
 Argemiro de Figueiredo — PTB;
 Bezerra Neto — PTB;
 Silvestre Pericles — PTB;
 Edmundo Levi — PTB;
 Eurico Rezende — UDN;
 Milton Campos — UDN;
 Aloysio de Carvalho — UDN;
 Afonso Arinos — UDN;
 Josaphat Marinho — Sem Legenda;
 Raul Guberti — Pequenas Representações;
 Júlio Leite — Pequenas Representações.